

MÓDULO 1

Lavagem de Dinheiro

Exercício 1

O artigo 1º da Lei 9613/98 apresenta vários núcleos, e por isso é classificado como sendo:

A) crime material

B) crime de ação múltipla

C) crime pluriofensivo

D) crime multitudinário

E) crime habitual

Comentários: **o artigo apresenta várias condutas que podem ser perpetradas num mesmo conteúdo fático, caracterizando assim o chamado crime de ação múltipla.**

Exercício 2

O anteprojeto de 05/07/09 do Ministério da Justiça, que posteriormente se transformou na Lei 9613/98, com algumas alterações, foi coordenado, inclusive, por:

A) Nelson Hungria

B) Basileu Garcia

C) Damásio Evangelista de Jesus

D) Francisco de Assis Toledo

E) Cesare Lombroso

Comentários: **a coordenação do projeto foi realizada por Francisco de Assis Toledo, René Ariel Dotti, Vicente Greco Filho e Miguel Reale Junior**

Exercício 3

Sobre os crimes de lavagem ou ocultação de bens, assinale a afirmação falsa:

A) a figura criminosa foi criada no mundo tendo em vista coibir o disfarce de grandes montas de bens e/ou valores, que obtinham através de outras práticas e tendo por fim último o de evitar igualmente o descobrimento pelas autoridades da cadeia criminal e a identificação de seus autores;

B) são condutas que consistem em deixar com aparência de lícito ativos ilícitos, provenientes do cometimento de determinados delitos. A origem criminosa de dinheiro, de bens e de recurso de toda natureza é camuflada, deixando-os numa situação de aparente legalidade.

C) diz respeito este crime apenas às quantias em que o Estado é o principal prejudicado já que são dos cofres públicos a origem das grandes somas desviadas para ocultação;

D) pode-se considerar que o objeto material deste tipo legal são os bens, direitos ou valores provenientes, direta ou indiretamente de crimes.

E) o bem jurídico protegido é a ordem econômica e financeira, bem como a administração da Justiça.

Comentários: Embora o Estado seja o principal prejudicado, os cofres públicos não são a única origem das grandes somas desviadas.

Exercício 4

O crime de lavagem ou ocultação de bens previsto no caput é um crime material e necessita para sua configuração:

A) do sujeito ativo e passivo, figurando em ambas qualquer pessoa física, sem qualquer condição especial;

B) do elemento subjetivo do tipo apenas doloso direto;

C) do elemento subjetivo do tipo, tanto doloso como culposo

D) de uma apenas das condutas principais descritas no tipo - ocultar ou dissimular;

E) o delito em questão não comporta participação mas apenas co-autoria

Comentários: c.

Exercício 5

Considere as afirmações com relação a Lei 9613/98:

I – as condutas consistem em deixar com aparência de ilícito ativos lícitos;

II – O artigo 1º da Lei determina a classificação de crime de ação única;

III – Constituem objetos materiais bens, direitos ou valores provenientes, direta ou indiretamente, de atividades lícitas ou ilícitas.

Diante das as assertivas, é certo afirmar:

A) somente a I é correta

- B) somente a II é correta
- C) somente a III é correta
- D) todas são corretas
- E) todas são incorretas**

Comentários: I - A conduta consiste em dar aparência de licitude ativos ilícitos, e não o contrário; II – o artigo 1º tipifica mais de uma conduta para o crime, não sendo, portanto, crime de ação única; III – os objetos do crime são provenientes de atividades ilícitas, somente.

Exercício 6

Considere as afirmações com relação a Lei 9613/98:

- I – o Bem jurídico tutelado é a ordem econômica e financeira, bem como a administração da Justiça;
- II – No que tange ao sujeito ativo, a lei classifica como crime próprio, por exigir especial qualidade do agente;
- III – Quanto ao elemento consumativo, trata-se de crime formal.

Diante das assertivas, é certo afirmar:

- A) somente a I é correta**
- B) somente a II é correta
- C) somente a III é correta
- D) todas são corretas
- E) todas são incorretas

Comentários: o crime de lavagem de dinheiro atenta contra a ordem econômica e financeira do Estado e a Administração da Justiça, uma vez que o objetivo maior é desviar dos cofres públicos os valores que deveriam ser revertidos ao Estado – caso as atividades fossem lícitas – bem como a Administração da Justiça.

MÓDULO 2

Abuso de Autoridade – Lei n. 13.869/2019 (vacatio legis 120 dias – entra em vigor em 27/01/2020)

Exercício 1

Sobre a Lei nº **13.869/2019**, que regula o processo de responsabilidade administrativa, civil e penal, nos casos de abuso de autoridade, é correto afirmar que:

A) o processo administrativo disciplinado na referida lei será sempre sobrestado para o fim de aguardar a decisão da ação penal ou civil.

B) a ação penal nos crimes tratados por essa lei é pública incondicionada.

C) a ação penal depende de representação do ofendido, que será exercida por meio de petição dirigida à autoridade policial.

D) o crime de abuso de autoridade consistente no atentado à liberdade de locomoção admite tentativa.

E) considera-se autoridade, para os efeitos dessa lei, quem exerce cargo, emprego ou função pública de modo definitivo e mediante remuneração

Comentários: a ação penal é pública incondicionada, podendo ser admitida a ação penal privada nas situações em que o Ministério Público não oferecer a denúncia no prazo legal, sendo o prazo de 06 meses, contados à partir do término do prazo para o Ministério Público, conforme artigo 3º desta lei.

Exercício 2

Assinale a afirmativa incorreta.

A) Constitui abuso de autoridade o comportamento da autoridade pública que, no exercício de suas funções, deixar de comunicar, imediatamente, ao juiz competente a prisão ou detenção de qualquer pessoa.

B) Constitui abuso de autoridade o comportamento da autoridade pública que, no exercício de suas funções, leva à prisão quem quer que se proponha a prestar fiança, permitida em lei.

C) Constitui abuso de autoridade o comportamento da autoridade pública que, no exercício de suas funções, submete alguém sob sua guarda com emprego de violência a intenso sofrimento mental, como forma de aplicar castigo pessoal.

D) Constitui abuso de autoridade o comportamento da autoridade pública que, no exercício de suas funções, pratica com desvio de poder, ato lesivo da honra ou do patrimônio de pessoa jurídica.

E) Constitui abuso de autoridade deixar o juiz de ordenar o relaxamento de prisão ou detenção ilegal que lhe seja comunicada.

Comentários: Embora o texto legal não apresente diretamente a questão do sofrimento mental, a questão fala em “emprego de violência”, sendo passível caracterizar a situação no que trata do atentado à incolumidade física do indivíduo – (questionável)

Exercício 3

Constitui abuso de autoridade (Lei 13.869/2019):

A) ordenar ou executar medida privativa da liberdade individual, com as formalidades legais.

B) submeter pessoa sob sua guarda ou custódia a qualquer tipo de vexame ou constrangimento.

C) deixar de comunicar, imediatamente, ao juiz competente a prisão ou detenção de qualquer pessoa.

D) deixar o Juiz de ordenar o relaxamento de prisão ou detenção legal que lhe seja comunicada.

E) levar à prisão e nela deter quem quer que se proponha a prestar fiança, não permitida em lei

Comentários: Conforme texto legal do art. 12. Entretanto a B estaria certa também, pois é o art. 13

Exercício 4

O abuso de autoridade, definido na Lei n.º 13.869/2019, sujeita o agente público federal, estadual ou municipal à tríplex responsabilidade civil, administrativa e penal. Acerca desse tema, assinale a alternativa que não constitui abuso de autoridade punível nos termos dessa lei.

A) Ato lesivo do patrimônio de pessoa jurídica quando praticado sem competência legal.

B) Atentado à inviolabilidade do domicílio.

C) Comunicado imediato ao juiz competente acerca da prisão de qualquer pessoa.

D) Atentado à liberdade de consciência e de crença.

E) Execução de medida privativa de liberdade individual sem as formalidades legais.

Comentários: Conforme artigo 12 da referida, só será abuso de autoridade a não comunicação à autoridade competente.

Exercício 5

Considere as afirmações com relação a Lei 13.869/2019:

- I – Abuso de autoridade é a conduta do agente público em buscar uma finalidade alheia ao interesse privado, valendo-se de sua condição;
- II – trata-se de um delito cometido pelo agente público no exercício de suas funções;
- III – no que tange ao sujeito ativo, trata-se de crime comum.

Diante das assertivas, é certo afirmar:

A) somente a I é correta

B) somente a II é correta

C) somente a III é correta

D) todas são corretas

E) todas são incorretas

Comentários: o crime de abuso de autoridade trata-se de crime funcional, cujo autor necessariamente é agente público que o pratica no exercício de suas funções.

Exercício 6

Considere as afirmações com relação a Lei 13.869/2019:

- I – Não é imprescindível que o indivíduo seja funcionário público; porém, é necessário que exerça uma função pública e tenha autoridade;
- II – O concurso de pessoas é perfeitamente admissível;
- III – O terceiro que, sem ser autoridade, concorra para o crime com quem o seja, ciente dessa qualidade especial, responderá nos termos da Lei n. 13.869/2019, por força do disposto no art. 30 do Código Penal.

Diante das assertivas, é certo afirmar:

A) somente a I é correta

B) somente a II é correta

C) somente a III é correta

D) todas são corretas

E) todas são incorretas

Comentários: I – Art. 2º da lei 13.869/2019: Reputa-se agente público, para os efeitos desta Lei, todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração,

por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função em órgão ou entidade abrangidos pelo caput deste artigo; II – o concurso de pessoas é admitido conforme explicação item III.

MÓDULO 3

CRIMES DE TRÂNSITO (LEI Nº 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997)

Exercício 1

No que diz respeito ao tipo de dirigir sem habilitação (Art. 309 CTB), assinale a incorreta:

- A) a objetividade jurídica: incolumidade pública no que se refere à segurança das pessoas no trânsito.
- B) o sujeito ativo pode ser qualquer pessoa enquanto o sujeito passivo é a coletividade.
- C) o simples fato de realizar manobra ou operar mecanismo de controle capaz de fazer o veículo seguir um trajeto gerando perigo de dano é tido por consumado o tipo pela doutrina.
- D) inexistente a modalidade culposa de elemento subjetivo do tipo

E) o processar de tal ação se dá através de Ação Penal Pública Condicionada à representação

Comentários: não há determinação legislativa expressando que tal crime só se proceda mediante representação

Exercício 2

O crime de entrega da direção de veículo a quem não tem condições de dirigir possui por algumas características que se podem afirmar como sendo:

- A) impossível de concurso de agentes;
- B) comporta a modalidade culposa;
- C) não é necessário que se coloque o veículo em movimento, bastando a simples entrega para tipificar o ilícito em estudo;
- D) admissível a tentativa;**
- E) a ação penal depende de representação do ofendido

Comentários: há equívoco no gabarito, pois na verdade a certa é a C. Trata-se de crime de perigo abstrato, bastando a conduta da entrega do veículo à pessoa que não possua condições para a condução do automotor para configurar o crime do artigo 310 do CTB.

Exercício 3

São alguns crimes em espécie tratados pelo Código de Trânsito, desde que na direção de veículo automotor:

- A) homicídio culposo e lesão corporal dolosa
- B) omissão de socorro e homicídio doloso ou culposo;
- C) lesão corporal culposa e omissão de socorro culposa;
- D) homicídio doloso e omissão de socorro doloso;

E) homicídio e lesão corporal culposos

Comentários: Artigo 302 e 303 do CTB, respectivamente.

Exercício 4

Considera-se elemento subjetivo especial do tipo, no crime de trânsito - Evasão do Local do Acidente, o porquê do afastamento para fugir da responsabilidade civil e penal. Assim sendo, considera-se consumado e tentado tal crime quando:

A) por ser crime formal, não exige a produção do resultado, razão pela qual, a consumação ocorre no momento da fuga, independentemente do agente atingir ou não a finalidade de se eximir da responsabilidade. A tentativa é possível;

B) por ser crime material, exige a produção do resultado, razão pela qual, a consumação ocorre no momento da fuga, independentemente do agente atingir ou não a finalidade de se eximir da responsabilidade. A tentativa é possível;

C) por ser crime de mera conduta, não exige a produção do resultado, razão pela qual, a consumação ocorre no momento da fuga, independentemente do agente atingir ou não a finalidade de se eximir da responsabilidade. A tentativa é possível;

D) por ser crime formal, exige a produção do resultado, razão pela qual, a consumação ocorre no momento da fuga, dependendo também do agente atingir a finalidade de se eximir da responsabilidade. A tentativa é possível;

E) por ser crime de menor potencial ofensivo, exige a produção do resultado, razão pela qual, a consumação ocorre no momento da fuga, independentemente do agente atingir ou não a finalidade de se eximir da responsabilidade. A tentativa não é possível.

Comentários: Na verdade a certa é a C, mas o gabarito da Unip está errado. O crime de evasão do local do acidente como forma de tentar se eximir da responsabilidade civil e criminal tipificado no artigo 305 do CTB, trata-se de crime de mera conduta, ou seja, a simples conduta de evadir-se do local, já configura o crime – é admitida a

tentativa, visto que a não consumação pode ocorrer por circunstâncias alheias à vontade do agente, conforme aplicação do artigo 14 do CP

Exercício 5

Considere as afirmações com relação a Lei 9503/97:

- I – A incolumidade pública, no que tange à segurança do tráfego de veículos automotores;
- II – o sujeito ativo é qualquer pessoa, legalmente habilitada ou não;
- III – o sujeito passivo é a coletividade (sujeito passivo principal).

Diante das as assertivas, é certo afirmar:

- A) somente a I é correta
- B) somente a II é correta
- C) somente a III é correta
- D) todas são corretas**
- E) todas são incorretas

Comentários: D) A incolumidade pública, no que tange à segurança do tráfego de veículos automotores. 3. Sujeito ativo Qualquer pessoa, legalmente habilitada ou não. 4. Sujeitos passivos A coletividade (sujeito passivo principal). Secundariamente, aparecem como sujeitos passivos as pessoas eventualmente vítimas de perigo de dano. A existência de um sujeito passivo secundário é meramente accidental, não sendo necessária ao aperfeiçoamento do tipo.

Exercício 6

Considere as afirmações com relação a Lei 9503/97:

- I – LUIZ FLÁVIO GOMES escreve que os crimes de trânsito devem ser classificados de acordo com a doutrina tradicional, mas são de perigo abstrato;
- II – no que se refere ao homicídio, o tipo em exame é considerado tipo penal aberto – porque a conduta culposa não é descrita, é impossível descrever todas as hipóteses de culpa;
- III – no que tange o momento consumativo do homicídio, a classificação pertinente é de crime formal.

Diante das as assertivas, é certo afirmar:

- A) somente a I é correta
- B) somente a II é correta**

C) somente a III é correta

D) todas são corretas

E) todas são incorretas

Comentários: B) Elemento subjetivo do tipo: o tipo em exame é considerado tipo penal aberto – porque a conduta culposa não é descrita, é impossível descrever todas as hipóteses de culpa.

MÓDULO 4

Crimes Hediondos Lei 8072/90

Exercício 1

1) Assinale a alternativa incorreta.

Os hediondos e equiparados são insuscetíveis de:

A) anistia

B) graça

C) indulto

D) fiança

E) liberdade provisória

Comentários: Com o advento da Lei 11.464/07, em 28 de março de 2007, a redação do artigo 2º, inciso II, da Lei 8.072/90, foi alterado, sendo suprimido do texto original a expressão “liberdade provisória”, restando tão somente a palavra “fiança”.

Exercício 2

Constitui delito equiparado aos hediondos:

A) aborto

B) latrocínio

C) tráfico de influência

D) terrorismo

E) apropriação indébita previdenciária

Comentários: Na verdade a certa é a D, mas o gabarito da Unip está errado. os crimes equiparados a hediondos constam no art.2º da Lei 8072/90

Exercício 3

Não é considerado crime hediondo:

- A) estupro
- B) extorsão com resultado morte
- C) genocídio
- D) peculato**
- E) falsificação de produto destinado a fins medicinais

Comentários: o rol dos crimes hediondo e equiparados é rol taxativo e não contempla o crime de peculato.

Exercício 4

O sistema adotado no Brasil para enumerar os delitos considerados hediondos é denominado:

- A) legal**
- B) judicial
- C) doutrinário
- D) misto
- E) flexível

Comentários: Uma vez que o rol dos crimes hediondos foi disposto pelo legislador, trata-se de sistema legal a enumeração.

Exercício 5

Considere as afirmações com relação a Lei 8072/90:

- I – a constituição adotou o sistema legal, segundo o qual somente a lei pode dizer quais crimes são considerados hediondos;
- II – o latrocínio não constitui crime hediondo;
- III – o tráfico de entorpecentes constitui crime hediondo.

Diante das as assertivas, é certo afirmar:

A) somente a I é correta

B) somente a II é correta

C) somente a III é correta

D) todas são corretas

E) todas são incorretas

Comentários: I – a competência para o estabelecimento de quais crimes serão considerados crimes hediondos é do Poder Legislativo; II – o latrocínio é crime hediondo, conforme art. 1º, II da lei 8072/90; III – o tráfico de entorpecentes constitui crime equiparado a hediondo, conforme artigo 2º da Lei dos crimes hediondos.

Exercício 6

A Lei 8072/90 considera que são crimes hediondos:

A) qualquer crime, desde que se tenha configurada corrupção.

B) qualquer crime, desde que não seja de menor potencial ofensivo.

C) qualquer crime, desde que punido com pena privativa de liberdade.

D) o furto qualificado.

E) homicídio qualificado e simples cometido em atividade de grupo de extermínio, mesmo que por somente uma pessoa.

Comentários: conforme redação do artigo 1º, inciso I da Lei 8072/90.

MÓDULO 5

Organização Criminosa - Lei 12.850/13

Exercício 1

Com fulcro na Lei 12850/13, considera-se organização criminosa a associação de:

A) 3 ou mais pessoas estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, ainda que informalmente, com objetivo de obter, direta ou indiretamente, vantagem de qualquer natureza,

B) 4 ou mais pessoas estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, ainda que informalmente, com objetivo de obter, direta ou indiretamente, vantagem de qualquer natureza,

C) 5 ou mais pessoas estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, ainda que informalmente, com objetivo de obter, direta ou indiretamente, vantagem de qualquer natureza,

D) 6 ou mais pessoas estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, ainda que informalmente, com objetivo de obter, direta ou indiretamente, vantagem de qualquer natureza,

E) várias pessoas estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, ainda que informalmente, com objetivo de obter, direta ou indiretamente, vantagem de qualquer natureza.

Comentários: conforme redação do artigo 1º§1º da lei das organizações criminosas

Exercício 2

O conceito de organização criminosa, previsto na Lei 12850/13, estabelece que prática de infrações penais cujas penas máximas sejam superiores a _____ anos, ou que sejam de caráter transnacional.

A) 2

B) 3

C) 4

D) 8

E) 12

Comentários: conforme redação do artigo 1º§1º da Lei das organizações criminosas

Exercício 3

Considere as afirmações com relação a Lei 12850/13:

I – Esta Lei não se aplica às infrações penais previstas em tratado ou convenção internacional quando, iniciada a execução no País, o resultado tenha ou devesse ter ocorrido no estrangeiro, ou reciprocamente;

II – incide nas penas do artigo 2º quem impede ou, de qualquer forma, embaraça a investigação de infração penal que envolva organização criminosa

III – conforme dispõe o § 4º, do artigo 2º, a pena é aumentada de 1/6 (um sexto) a 2/3 (dois terços) se há participação de idosos

Diante das as assertivas, é certo afirmar:

A) somente a I é correta

B) somente a II é correta

C) somente a III é correta

D) todas são corretas

E) todas são incorretas

Comentários: I – esta lei se aplica, conforme dispõe o artigo 2º, I; o item II está correto, conforme artigo 2º§1º da lei; III – não fala sobre aumento de pena em caso de participação de idosos, mas de criança ou adolescente

Exercício 4

Se houver indícios suficientes de que o funcionário público integra organização criminosa, poderá o juiz determinar:

A) sua demissão sumária a bem do serviço público

B) sua remoção

C) sua transferência

D) sua moção

E) seu afastamento cautelar do cargo, emprego ou função

Comentários: conforme texto expresso no artigo 2º §5º da lei 12.850/13

Exercício 5

A condenação com trânsito em julgado acarretará ao funcionário público (organização criminosa):

A) a interdição temporária de direitos

B) a suspensão para o exercício do cargo, função, emprego ou mandato eletivo

C) a perda do cargo, função, emprego ou mandato eletivo, somente

D) a perda do cargo, função, emprego ou mandato eletivo e a interdição para o exercício de função ou cargo público pelo prazo de 8 (oito) anos subsequentes ao cumprimento da pena

E) nenhuma das anteriores

Comentários: conforme expresso no artigo 2º§6º da Lei 12.850/13

MÓDULO 6

Lei 9455/97 Lei de Tortura

Exercício 1

Nos termos do que prevê a Lei n.º 9.455/97, que define os crimes de tortura, é correto afirmar que:

A) a prática de tortura mediante seqüestro qualifica o crime.

B) o homicídio praticado mediante tortura passou a ser disciplinado por esse estatuto legal.

C) somente se caracteriza a tortura quando dela resultar lesão corporal.

D) quando a lesão decorrente da tortura for de natureza leve, somente se procede mediante representação da vítima.

E) o agente ativo do crime deve ser, obrigatoriamente, agente público.

Comentários: conforme disposição legal constante no artigo 1º, §4º, III da lei 9455/97

Exercício 2

Com relação ao crime de tortura, definido na Lei n.º 9.455/97, considere as seguintes assertivas:

I. a pena é aumentada se o crime é cometido por agente público;

II. se a vítima for adolescente, não se verifica causa de aumento de pena;

III. se o crime é cometido mediante seqüestro, a pena é aumentada de um sexto a um terço.

É correto o que se afirma em

A) todas as assertivas

B) I, apenas

C) II, apenas

D) III, apenas

E) I e III, apenas

Comentários: conforme artigo 1º§4º incisos I e III

Exercício 3

NÃO constitui causa de aumento da pena prevista para o crime de tortura ser este cometido:

- A) contra portador de deficiência e adolescente
- B) contra criança, gestante e maior de sessenta anos
- C) mediante sequestro
- D) por agente público

E) contra pessoa sob custódia do Estado

Comentários: conforme artigo 1º, inciso II da lei de tortura, submeter alguém a tortura quando este alguém esteja sob guarda, poder ou autoridade, constitui elementar do crime, sem que haja aumento de pena nesta circunstância.

Exercício 4

César, oficial da Polícia Militar, está sendo processado pela prática do crime de tortura, na condição de mandante, contra a vítima Ronaldo, policial militar. César visava obter informações a respeito de uma arma que havia sido furtada pela vítima.

Considerando a situação hipotética acima, assinale a opção correta de acordo com a lei que define os crimes de tortura.

A) O tipo de tortura a que se refere a situação mencionada é a física, pois a tortura psicológica e os sofrimentos mentais não estão incluídos na disciplina da lei que define os crimes de tortura

B) Se César for condenado, deve incidir uma causa de aumento pelo fato de ele ser agente público

C) Se César for condenado, a sentença deve declarar expressamente a perda do cargo e a interdição para seu exercício pelo dobro do prazo da pena aplicada, pois esses efeitos não são automáticos

D) A justiça competente para julgar o caso é a militar, pois trata-se de crime cometido por militar contra militar

E) O delito de tortura não admite a forma omissiva

Comentários: Na verdade a resposta é a D, mas o gabarito da Unip está errado. Conforme dispõe o artigo 9º, II do Código Penal Militar, os crimes previstos no código penal e em legislações específicas, praticados entre militares em tempos de paz, será considerado crime militar.

Exercício 5

Considere as afirmações com relação a Lei 9455/97, artigo 1º, I:

I – No que tange a consumação, trata-se de um crime formal;

II – Objetividade jurídica: a incolumidade física e mental das pessoas;

III – a tentativa é impossível.

Diante das as assertivas, é certo afirmar:

A) somente a I é correta

B) somente a II é correta

C) somente a III é correta

D) todas são corretas

E) todas são incorretas

Comentários: B – Objetividade jurídica: a incolumidade física e mental das pessoas

Exercício 6

Considere as afirmações com relação a Lei 9455/97, artigo 1º, I:

I – a ação penal é pública incondicionada;

II – o sujeito passivo não só a pessoa contra quem é dirigida a violência ou grave ameaça, mas também a pessoa prejudicada pela conduta;

III – o sujeito ativo é qualquer pessoa, mas se o agente for funcionário público, a pena será aumentado de 1/6 a 1/3.

Diante das as assertivas, é certo afirmar:

A) somente a I é correta

B) somente a II é correta

C) somente a III é correta

D) todas são corretas

E) todas são incorretas

Comentários: D) I – a ação penal é pública incondicionada; II – o sujeito passivo não só a pessoa contra quem é dirigida a violência ou grave ameaça, mas também a pessoa prejudicada pela conduta; III – o sujeito ativo é qualquer pessoa, mas se o agente for funcionário público, a pena será aumentado de 1/6 a 1/3.

MÓDULO 7

Lei de drogas 11.343/2006

Exercício 1

Não constitui causa especial de aumento de pena a prática do tráfico de drogas:

- A) dentro de estabelecimento hospitalar
- B) nas imediações de delegacia de polícia.
- C) nas dependências de complexo penitenciário.
- D) entre municípios de um mesmo Estado.**
- E) no exercício de atividade educativa

Comentários: a resposta certa é a B, mas o Gabarito da Unip está errado. O texto legal não prevê essa situação como aumento de pena

Exercício 2

O agente que adquire e guarda, para consumo pessoal, drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal:

- A) poderá ser preso em flagrante, desde que apresentado imediatamente após o fato à autoridade judicial
- B) deverá ser imediatamente encaminhado à autoridade policial, que o submeterá a exame de corpo de delito e o dispensará
- C) será processado e julgado na forma da Lei nº 9.099/1995, que dispõe sobre os Juizados Especiais Criminais**
- D) será processado e julgado segundo as disposições do Código de Processo Penal e da Lei de Execuções Penais
- E) será processado e julgado segundo as disposições do Código de Processo Penal e da Lei de Execuções Penais

Comentários: embora a lei de drogas não faça menção acerca da quantidade, o artigo 28 da respectiva lei também não prevê crime propriamente dito uma vez que não há previsão legal de pena, mas tão somente advertência, prestação de serviços a comunidade e medida educativa; diante disso, a competência será do Jecrim para o andamento do feito.

Exercício 3

Assinale a incorreta:

A) no crime de drogas – lei 11.343/06 – considera o ébrio etílico com um drogado

B) O elemento objetivo do tipo no crime de drogas (conduta) vem representado por cinco verbos (adquirir, guardar, ter em depósito, transportar, trazer consigo), necessitando da ocorrência de pelo menos dois deles para configurar o crime em tela;

C) consuma-se o crime de abuso de autoridade – (LEI N. 4.898, DE 9 DE DEZEMBRO DE 1965) quando a conduta do agente público é buscar uma finalidade alheia ao interesse público, valendo-se de sua condição de agente público.

D) é o crime de abuso de autoridade considerado um crime próprio pela doutrina e jurisprudência;

E) se o crime de abuso de autoridade for praticado por agente federal, a competência para processar o agente será a Justiça Federal; se praticado por autoridade ou agente de autoridade estadual, o juízo competente será a Justiça Estadual.

Comentários: nos crimes de ação múltipla, basta a ocorrência de um único verbo que já ocorre o crime.

Exercício 4

Em relação aos crimes previstos no Estatuto do Desarmamento (Lei nº 10.826/2003), é INCORRETO afirmar que será:

A) punido o comércio ilegal de arma de fogo, acessório ou munição

B) punida a omissão de cautela

C) punida a posse irregular de arma de fogo de uso permitido

D) punida a posse ou porte legal de arma de fogo de uso restrito

E) punido o porte ilegal de arma de fogo de uso permitido

Comentários: se a posse ou porte da arma, ainda que de uso restrito é legal, não há que se falar em punição.

Exercício 5

Em 17/2/2005, Vitor foi surpreendido, em atitude suspeita, dentro de um veículo estacionado na via pública, por policiais militares, que lograram êxito em encontrar em poder do mesmo duas armas de fogo, sem autorização e em desacordo com

determinação legal, as quais eram de sua propriedade, sendo um revólver Taurus, calibre 38, com numeração de série raspada, e uma garrucha, marca Rossi, calibre 22.

De acordo com a situação hipotética acima, com o Estatuto do Desarmamento e com a jurisprudência do STF, assinale a opção correta.

A) Vitor praticou a conduta de portar arma de fogo com numeração suprimida

B) A conduta de ser proprietário de arma de fogo não foi abolida, temporariamente, pelo Estatuto do Desarmamento

C) A posse pressupõe que a arma de fogo esteja fora da residência ou local de trabalho

D) Vitor praticou a conduta de possuir arma de fogo

E) A conduta de portar arma de fogo foi abolida, temporariamente, pelo Estatuto do Desarmamento

Comentários: ainda que a numeração não estivesse suprimida, o fato de portar arma de fogo sem a devida autorização está tipificado no artigo 14 do Decreto

Exercício 6

Considere as afirmações com relação a Lei 10826/03:

I – Sinarm – Sistema Nacional de Armas – cabe a ele, no âmbito da Delegacia da Polícia Federal, gerenciar o controle de armas e respectivos registros;

II – Situações: 1- porte: autorização para o proprietário manter a arma de fogo na sua residência ou local de trabalho. O porte não permite o registro. É sempre obrigatório, salvo para armas obsoletas (são aquelas fabricadas há mais de 100 anos; sem condição de disparo e cuja munição não seja mais fabricada em escala comercial; réplicas históricas); 2- registro: possibilidade de se portar a arma de fogo consigo;

III – O registro e o porte são expedidos pela polícia civil mediante autorização do Sinarm.

Diante das as assertivas, é certo afirmar:

A) somente a I é correta

B) somente a II é correta

C) somente a III é correta

D) todas são corretas

E) todas são incorretas

Comentários: item I está correto conforme artigo 2º do Estatuto do Desarmamento; II – alternativa errada pois a autorização para manter a arma em residência é POSSE

de arma e não porte de arma; porte sem registro equivale a porte ilegal de arma, conforme inteligência do artigo 14; armas obsoletas dispensam o porte; o registro não confere o porte mas tão somente a legalidade da arma de fogo; III – o registro e o porte são expedidos pela PF e não pela PC.

MÓDULO 8

Contravenções Penais Decreto 3688/41

Exercício 1

A natureza jurídica do artigo 4º, LCP é:

- A) excludente da tipicidade
- B) excludente da culpabilidade
- C) excludente da ilicitude**
- D) extintiva de punibilidade
- E) excludente da conduta

Comentários: C - De acordo com o Decreto 3 688/41 no artigo 4º: Não é admitida a tentativa contravencional. Tendo em vista que o artigo em questão afasta a responsabilização na modalidade tentada, conclui -se que a natureza jurídica do dispositivo é de excludente da ilicitude.

Exercício 2

O artigo 1º, LCP trata de qual princípio?

- A) princípio da especialidade;**
- B) princípio da insignificância;
- C) princípio da anterioridade;
- D) princípio da verdade real;
- E) princípio da reserva legal.

Comentários: A - Artigo 1º: Dispõe sobre o Princípio da Especialidade. Correlato ao artigo 12, CP. Diante disto, todas as regras gerais do CP são aplicáveis às contravenções, salvo se o presente Decreto dispuser de modo diverso.

Exercício 3

O período de prova do Sursis contravencional é de:

A) 01 a 03 anos

B) 01 a 04 anos

C) 02 a 04 anos

D) 02 a 06 anos

E) 04 a 06 anos

Comentários: A resposta certa é a C, mas o gabarito da Unip está errado. Conforme determinação no artigo 77 do Código Penal

Exercício 4

Aponte a alternativa correta.

Constitui pena privativa de liberdade das contravenções:

A) reclusão

B) detenção

C) prisão preventiva

D) prisão temporária

E) prisão simples

Comentários: Tratando-se de pena privativa de liberdade, a única forma cabível é a prisão simples, conforme artigo 5º da LCP

Exercício 5

Considere as afirmações com relação a Decreto 3688/41:

I – o artigo 1º dispõe sobre o princípio da legalidade;

II – a lei de contravenções é aplicável somente aos fatos ocorridos no território nacional;

III – é admitida a tentativa contravencional.

Diante das as assertivas, é certo afirmar:

A) somente a I é correta

B) somente a II é correta

C) somente a III é correta

D) todas são corretas

E) todas são incorretas

Comentários: Conforme dispõe o artigo 2º da LCP

Exercício 6

Considere as afirmações com relação a Decreto 3688/41:

I – não há que se falar em extraterritorialidade para as contravenções;

II – conforme dispõe os artigos 5º e 6º, as penas são de detenção e multa;

III – a natureza jurídica do artigo 4º é de excludente da ilicitude.

Diante das as assertivas, é certo afirmar:

A) somente a I é correta

B) somente a II é correta

C) somente a III é correta

D) todas são corretas

E) todas são incorretas

Comentários: A alternativa A é a certa e o gabarito na Unip esta errado. Conforme artigo 2º da LCP, esta lei somente se aplica à contravenção praticada no território nacional, sendo incorreto se falar em extraterritorialidade.